



Economia - Brasil

Peso da máquina estatal esmaga a Nova República

Mais de dois anos depois de instalada, a Nova República não só continua sem controlar a imensa, pesada e ineficiente máquina estatal herdada do regime militar, como não deu sinais de que vá dotar o país de uma administração pública moderna, ágil e eficiente. A reforma administrativa prometida por Tancredo Neves, que levou à criação do Ministério da Administração, até hoje permanece apenas como uma intenção. Apesar dos levantamentos, estudos e seminários realizados, nada mudou.

“O executivo não pode estar sujeito a prazos para decidir sobre problemas jurídicos, técnicos e humanos de enorme complexidade,

que envolvem mais de 20 mil unidades de administração, mais de 400 empresas e 1 milhão e 800 mil funcionários com regimes de direitos diferentes. O caos, portanto, só será corrigido pelo trabalho, racionalidade e paciência”, justifica o ministro da Administração, Aluizio Alves.

Visita noturna

Apesar de pedir paciência ao país, o ministro não esconde seu espanto com a ineficiência da máquina administrativa e vem colecionando episódios sobre o assunto. Um deles ocorreu em sua própria casa no Lago Sul, em Brasília. Um dia, à noite, ele trabalhava em silêncio quando tomou um susto com a entra-

da de um desconhecido. Felizmente, o sujeito só queria alguns trocados. Refeito do susto, o ministro foi re-preender o segurança, que lhe respondeu:

— Ministro, ele me perguntou se o senhor morava aqui. Eu disse que sim. Depois, ele me garantiu que o conhecia.

— E daí? Muita gente me conhece — disse Aluizio Alves.

— Mas ele é do Rio Grande do Norte, ministro — explicou o guarda.

Em todo o país são quase 4 milhões de pessoas empregadas pelo estado: 550 mil na administração direta federal, 1 milhão 300 mil nas estatais e outros 2 milhões nos servi-

ços públicos estaduais e municipais. Ou seja, 10% da população economicamente ativa. Fortaleza, com 1 milhão 600 mil habitantes, tem 40 mil funcionários, seis vezes mais do que Nova York, uma das maiores cidades do mundo, onde moram mais de 7 milhões de pessoas.

O tamanho desse aparato não tem nada a ver com a extensão e a qualidade dos serviços prestados à população. A máquina da administração pública é filha diletta do em-preguismo, e seu crescimento obedece às necessidades eleitorais dos políticos, que trocam nomeações por votos. Quanto mais pobre o estado, maior é a indústria do emprego. No Rio Grande do Norte, por exemplo,

segundo o governador Geraldo Melo, uma pessoa em cada quatro é empregada direta ou indiretamente pelo governo.

Na Nova República, a administração pública continua lenta, emperrada, obsoleta. Entre a tomada de decisão nos altos escalões e sua efetiva aplicação, podem passar meses. Muitas vezes, as ordens vindas de cima vão perdendo força no caminho e sequer chegam aos funcionários responsáveis pela sua execução. O percurso inverso, então, é praticamente impossível de ser percorrido. Sugestões e experiências de servidores públicos na aplicação de programas e planos governamentais jamais chegam aos escalões superiores.

As nomeações continuam a ser feitas de acordo com base em critérios partidários, o **pistolão** não foi banido pelo preceito constitucional do concurso público, os expedientes para elevar salários dos ocupantes do segundo e terceiro escalões não foram abandonados, e o governo segue tratando o serviço público como uma inesgotável fonte de empregos a seu serviço. O exemplo vem de cima. Há poucos meses, quando a discussão sobre a duração do mandato do presidente Sarney começou a esquentar, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, tinha à disposição dez mil cargos no governo federal para distribuir entre os políticos da Aliança Democrática.